



NOTAS ECONÓMICAS **10**

A MOEDA ÚNICA NA REINVENÇÃO DA EUROPA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Flexibilidade dos Mercados de Trabalho na União Europeia



Ana Paula Ribeiro Faculdade de Economia da Universidade do Porto

1. Introdução

A adesão à moeda única compromete definitivamente a utilização dos instrumentos tradicionais de política conjuntural, particularmente o controlo da massa monetária e as desvalorizações. Ambas, apesar da sua ineficácia no longo prazo, se apresentam como a reacção mais expedita a um choque exógeno negativo, em especial, para pequenas economias que exibem um elevado grau de rigidez no ajustamento dos salários reais. Os maiores países da União Europeia muito provavelmente manterão, pelo menos em parte, aqueles instrumentos: eles terão, em princípio, uma voz importante na definição de objectivos de política monetária da União e na política cambial face a países terceiros.

As limitações impostas à reacção a choques assimétricos negativos apresenta-se no quadro da União Monetária como um dos principais custos para as pequenas economias, que perdem definitivamente o controlo sobre a taxa de câmbio nominal. Se bem que não haja unanimidade acerca da influência que a União Económica e Monetária possa vir a ter sobre os choques assimétricos, parece indiscutível que estes continuarão a existir, havendo a necessidade de encontrar novas formas de ajustamento. Mesmo os choques de natureza global dificilmente terão impactos idênticos sobre todas as economias, podendo ser vistos como choques assimétricos relativos sobre os diferentes membros da União.

Excluído o recurso às políticas monetária e cambial, restam quatro soluções para fazer face a choques assimétricos negativos numa união monetária: a implementação de um sistema de federalismo fiscal, a condução autónoma da política fiscal, a mobilidade do factor trabalho e a flexibilidade no ajustamento dos salários reais à situação conjuntural. Dada a exiguidade do orçamento comunitário, a aprovação em Dezembro de 1996 do Pacto de Estabilidade e Crescimento e as barreiras sócio-culturais à mobilidade do factor trabalho, a solução parece centrar-se, essencialmente, na flexibilidade dos salários reais.

Os objectivos últimos deste trabalho prendem-se com a avaliação genérica do grau de flexibilidade dos mercados de trabalho em seis países da União Europeia: Espanha, Portugal, França, Itália, Reino Unido e Irlanda. Para reduzir os custos de ajustamento a um choque assimétrico, um potencial membro da União Económica e Monetária deverá proceder a reformas estruturais no mercado de trabalho de forma tanto mais intensiva quanto menor a flexibilidade dos salários reais e quanto maior a propensão a choques exógenos negativos.

Este artigo está orientado de acordo com a apresentação que se segue. Na secção 2, faz-se uma breve exposição sobre a natureza e intensidade de choques assimétricos na União Económica e Monetária bem como sobre os mecanismos disponíveis para proceder a eventuais ajustamentos. Na secção 3 destaca-se a flexibilidade salarial como único mecanismo de resposta a choques adversos: para o efeito recorre-se a uma versão simplificada do modelo procura e oferta agregadas. Na secção 4 é apresentada uma metodologia de avaliação da importância da inércia salarial em seis países da União Europeia, bem como os resultados empíricos a que se chegou. Finalmente, à secção 5 ficam reservados alguns comentários conclusivos.

2. Choques Assimétricos: Natureza, Intensidade e Ajustamentos

Dado que uma união monetária é caracterizada, por definição, pela condução de uma política monetária comum e pela fixação irrevogável das taxas de câmbio entre os países membros, é relevante a avaliação da importância da perda da taxa de câmbio como mecanismo de ajustamento a choques assimétricos. A pertinência desta questão determinou o aparecimento na literatura económica de diversos critérios de avaliação de áreas monetárias óptimas, isto é,



critérios que estabelecem as condições em que a perda da flexibilidade cambial impõe menores custos, ou até mesmo proveitos, para os países que desejem formar uma união monetária¹.

À luz da Teoria das Áreas Monetárias Ótimas, a importância da taxa de câmbio como mecanismo de ajustamento a choques assimétricos numa união monetária pode ser avaliada com base em quatro critérios: a natureza e intensidade de choques assimétricos, o grau de mobilidade do factor trabalho, a forma de condução da política fiscal e a flexibilidade no ajustamento de preços e salários.

2.1. Natureza e Intensidade dos Choques Assimétricos

Originalmente, a natureza dos choques assimétricos era identificada com alterações relativas na procura de transaccionáveis. Perante um choque adverso da procura, a depreciação da taxa de câmbio real, para reequilibrar as contas externas, surge como o mecanismo mais eficaz e imediato para repor a competitividade. Estes choques, facilmente fundamentados com base na teoria das vantagens absolutas de Ricardo, ou mesmo da teoria das vantagens comparativas de Heckscher-Ohlin, não se enquadram no actual perfil de especialização do comércio internacional entre países industrializados. Em particular, para a maior parte dos países da União Europeia (UE), os bens e serviços exportáveis, sujeitos ao aproveitamento de economias de escala e produzidos sob concorrência imperfeita, são idênticos e apenas ligeiramente diferenciados. Muitos estudos empíricos conferem uma maior importância aos choques indústria-específicos relativamente aos choques a nível nacional, confirmando a homogeneização da estrutura do comércio internacional. Por exemplo, um estudo de De Grauwe e Vanhaverbeke (1993) conclui que, no longo prazo, a divergência nas taxas de crescimento do produto e emprego é substancialmente menor a nível nacional do que a nível regional.

É com base na natureza «intra-indústria» do comércio na União Europeia que Gros e Thygesen (1992) argumentam que a União Económica e Monetária (UEM) favorecerá a redução de intensidade dos choques assimétricos. Três argumentos são apresentados: primeiro, um choque sobre a procura de um determinado exportável afectará de forma idêntica qualquer país membro; segundo, esses choques tenderão a anular-se com outros de natureza positiva noutros exportáveis sem criar fortes custos de ajustamento; terceiro, mesmo que incentivada a especialização regional, as assimetrias no impacto dos choques «intra-indústria» tendem a desaparecer à medida que se aprofunda o processo de integração.²

Segundo estes argumentos, a natureza dos choques diferenciados ao nível nacional só pode ter origem a nível doméstico, nomeadamente ao nível de reclamações salariais excessivas. Seguindo de perto a crítica de Lucas, os autores baseiam-se na experiência do Sistema Monetário Europeu (SME) para argumentar que a alteração de regime altera o comportamento dos agentes económicos: o comportamento dos intervenientes tem vindo a alterar-se no sentido de uma moderação na taxa de crescimento dos salários para os países que, membros do SME, reduziram ao mínimo o recurso a desvalorizações. Por outro lado, dado um «portfolio» diferenciado de regiões, a relevância do impacto de choques regionais sobre um país como um todo será pouco relevante. Estas conclusões parecem, no entanto, muito optimistas: quanto à primeira, refira-se que os efeitos de credibilidade potenciados pelo SME não foram imediatos, nem eliminaram por completo a rigidez no ajustamento de preços e salários, resultando daí custos de desemprego para a maioria dos países do Sistema³. No que respeita à segunda conclusão, por um lado, existem países na União Europeia, como Portugal, cuja composição de transaccionáveis e correspondente estrutura de produção está longe de se identificar com a

1 Ver Ishiyama, Y. (1975) para uma revisão de literatura sobre os critérios caracterizadores de uma área monetária ótima.

2 Krugman (1993), por exemplo, é um dos autores que defende que a União Europeia poderá dar origem à especialização e concentração. Tal não é, no entanto, devido à UEM mas mais à existência do Mercado Único.

3 Ver, entre outros, Giavazzi e Giovannini (1988), Weber (1991), Haan, Knot e Sturm (1993), De Grauwe (1994b) e Loureiro (1996), sobre a avaliação empírica de efeitos de credibilidade do Sistema Monetário Europeu.

estrutura média dos seus parceiros comerciais e que, portanto, continuarão susceptíveis a choques de natureza assimétrica. Por outro lado, as pequenas economias, dificilmente irão dispor de um «portfólio» de regiões especializadas que anule a transmissão de choques regionais ao nível nacional.

De Grauwe (1994a) partilha igualmente o argumento de que os choques da procura têm tendência para se intensificarem ao nível regional e para se atenuarem ao nível nacional após a formação da União Monetária, chamando a atenção para a intensificação de choques assimétricos regionais que exige ajustamentos intrapaís de forma mais intensa do que até agora. Para Blanchard e Muet (1993) a especialização regional, apesar de imunizar os choques sobre a procura doméstica, intensifica a pressão da procura relativa sobre o cabaz de transaccionáveis em que o país se especializa. Esta pressão é especialmente importante para os países que não dispõem de um «portfólio» de regiões especializadas suficientemente diversificado.

Praet e Verfaillie (1990), acrescentam ainda dois outros argumentos que acentuam a importância dos choques assimétricos. Por um lado, mesmo que os choques sejam fundamentalmente de origem global sobre os países da União, nomeadamente os do lado da oferta, eles terão diferentes impactos sobre os países. Dadas as condições próprias de cada país, como sejam a estrutura industrial, o sistema de negociação salarial ou a situação financeira das diferentes regiões, um choque global sobre os países da União Monetária terá repercussões diferentes para cada economia, exigindo por isso, diferentes intensidades de ajustamento. Os choques globais não deixam, portanto, de ter impactos assimétricos. Por outro lado, os próprios choques regionais, dependendo da dimensão relativa das economias podem provocar efeitos de «spill-over» sobre as restantes regiões.

2.2. Mecanismos de Ajustamento a Choques Assimétricos

Se é certo que alguns autores defendem um acentuar de choques assimétricos numa união monetária, e outros, um atenuar dos mesmos choques, o que parece indiscutível é a sua permanência e a necessidade de novas formas de ajustamento da taxa de câmbio real. Excluído o recurso às políticas monetária e cambial, restam quatro formas de ajustamento: a mobilidade do factor trabalho, a implementação de um sistema de federalismo fiscal, a flexibilidade na condução autónoma da política fiscal e a flexibilidade dos salários reais.

Mobilidade do Factor Trabalho

A existência de elevada mobilidade dos factores de produção é o critério base apresentado por Mundell (1961) para a formação bem sucedida de uma união monetária. Se uma região A é atingida por um choque positivo e a região B por um choque negativo, o excesso de força de trabalho em B poderá deslocar-se para A, mantendo-se constantes as taxas de inflação nas duas regiões. Num estudo empírico sobre cinco países europeus, De Grauwe e Vanhaverbeke (1993) concluem que os países do Sul da Europa (Itália e Espanha) exibem uma mobilidade inter-regional muito baixa quando comparados com os países do Norte (Alemanha, Reino Unido e França). Dada a natureza região-específica dos choques na UEM, os autores não atribuem grande relevância à mobilidade intra-comunitária do trabalho, que concluem como sendo quase nula, porque ajustamento a choques regionais está assegurado pela elevada mobilidade regional: em média, os resultados apontam que a mobilidade regional é significativamente mais importante que a mobilidade intracomunitária. Os resultados de Eichengreen (1990) apontam igualmente para um cenário de fraca mobilidade do trabalho entre os países da Comunidade Europeia quando comparada com a mobilidade «interestado» observada nos Estados Unidos.

Num cenário de especialização regional não suficientemente diversificada por país, de diferentes intensidades dos choques de natureza global ou dos efeitos de «spill-over» de choques regionais sobre outros países, o ajustamento necessário seria a mobilidade «intra-UE» do trabalho e não a mobilidade «intrapais». No entanto, com a heterogeneidade linguística, social e cultural existente entre os membros da União Europeia, os ajustamentos a choques, através da mobilidade do factor trabalho, seriam realizados a um ritmo demasiado lento.





Federalismo Fiscal e Flexibilidade na condução da Política Fiscal

Conforme salienta De Grauwe (1994a), é desejável um determinado grau de centralização orçamental a nível comunitário, o qual teria o papel de «almofada». Na presença de um choque assimétrico negativo, a região em causa beneficiaria de um aumento temporário de transferências, as quais seriam financiadas por impostos cobrados junto da regiões positivamente afectadas.⁴ Na impossibilidade de institucionalizar um sistema de federalismo fiscal, não deveria ser vedada, aos países membros, a flexibilidade na utilização da política fiscal. Neste último caso, os orçamentos nacionais reflectiriam a situação conjuntural da economia através da acção dos estabilizadores automáticos. Eichengreen (1990) defende para a Europa a adopção do federalismo fiscal vigente nos Estados Unidos.⁵

Gros e Thygesen (1992) e De Grauwe (1994a), defendem uma centralização orçamental limitada porque choques «à priori» temporários podem revelar-se como permanentes. A resposta a choques do tipo permanente exige a mobilidade do factor trabalho e/ou o ajustamento nos salários reais. A existência de transferências líquidas permanentes para determinados países, adia a necessidade de flexibilização nos salários e pode resultar num problema de «moral hazard» em que os países contribuintes líquidos são sempre os mesmos.

Nos moldes actuais, o orçamento comunitário é, quer pela sua reduzida dimensão (apenas 1,2% do PIB da União Europeia), quer pela sua utilização (maioritariamente afecto à Política Agrícola Comum) manifestamente insuficiente para actuar como estabilizador macroeconómico. Pelo menos no curto prazo, o federalismo fiscal na UEM não se apresenta como mecanismo viável, capaz de responder a choques assimétricos. Por outro lado, a flexibilidade na condução de políticas nacionais autónomas também está limitada pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento acordado em Dezembro de 1996 na Cimeira de Dublin. Este acordo confirma as restrições às políticas fiscais nacionais introduzidas pelo Tratado de Maastricht e, adicionalmente, impõe sanções aos países que vierem a incorrer em défices excessivos.⁶

Flexibilidade dos Salários Reais

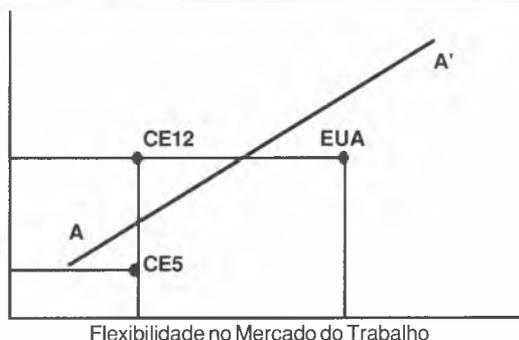
Excluída a mobilidade do factor trabalho, a política orçamental de âmbito comunitário e nacional, resta a flexibilidade dos salários reais como forma de ajustamento a choques assimétricos. A ausência de flexibilidade salarial tem custos ao nível do desemprego no caso de um choque negativo. A relação entre o grau de divergência real (indicador que avalia o grau ao qual as taxas de crescimento do produto tendem a divergir em consequência de choques assimétricos) e a flexibilidade no mercado laboral (mobilidade do factor trabalho e flexibilidade salarial) para a Europa e os Estados Unidos foi avaliada por De Grauwe (1994a) e encontra-se descrita na Figura 1.

4 O federalismo fiscal pode também ser defendido numa perspectiva intertemporal: o peso da tributação futura decorrente de défices orçamentais, na ausência de monetarização e do cumprimento da cláusula de «no bail out» previstas por Maastricht, será repartido pelos países mais prósperos e não integralmente suportado pelos países que sofreram os choques negativos.

5 A argumentação do autor assenta, particularmente, na reduzida mobilidade do factor trabalho entre os países europeus, quando comparada com a existente entre os estados americanos.

6 Para uma revisão da literatura sobre a utilização de políticas fiscais na UEM, ver Alves (1996).

FIGURA 1: Divergência real e flexibilidade no mercado laboral



Fonte: De Grauwe (1994a)

A recta AA' traduz a relação entre divergência real e a flexibilidade no mercado do trabalho exigida para evitar ajustamentos penosos a choques assimétricos em termos de desemprego. Segundo De Grauwe (1994a), a Europa dos Doze (CE12) não constituía uma área monetária óptima: a flexibilidade no mercado do trabalho era considerada, em média, como insuficiente para corrigir choques assimétricos. Comparativamente aos Estados Unidos, os países CE12 apresentavam sensivelmente o mesmo grau de divergência real, mas os estados americanos revelavam, pela elevada mobilidade da mão-de-obra, uma maior flexibilidade no mercado do trabalho. Existe no entanto, um grupo de cinco países, CE5, que são consensualmente apontados como membros de uma área monetária óptima: Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha e França. Mas o que distingue estes cinco países dos restantes membros da comunidade não é, em média, a flexibilidade do mercado do trabalho (leia-se flexibilidade salarial), mas sim um menor grau de divergência real.

Na União Europeia, a importância de flexibilizar o mercado laboral passa fundamentalmente pela flexibilidade salarial. Grubb, Jackman e Layard (1983) apontam duas fontes de rigidez salarial: a rigidez nominal, resultante da inércia no mecanismo de ajustamento entre preços e salários, e a rigidez real, que se identifica com a resposta dos salários à situação conjuntural do desemprego. Com base numa amostra de dezanove países da OCDE e dados anuais entre 1957-80, os autores estimam indicadores de inércia nominal e real nos salários. Concluem que os países da União Europeia apresentavam, em média, uma rigidez real superior à média dos países da OCDE, enquanto que o grau de rigidez nominal era inferior nos primeiros relativamente aos últimos. Com base numa recente revisão dos principais estudos empíricos que tentaram quantificar o grau de rigidez real dos salários, Heylen e Van Poeck (1995) compilaram um valor médio desse indicador para catorze países europeus e para quatro não europeus. Os resultados apontam para que, em média, os países da União Europeia, sofram um agravamento do desemprego em cerca de dois pontos percentuais, para conduzir a uma moderação salarial de um ponto percentual. Para atingir o mesmo objectivo, em média, os três mais recentes membros da UE (Suécia, Austria e Finlândia) e os países não europeus só têm de ver agravado o seu desemprego em 0,7 e 0,8 pontos percentuais, respectivamente.

3. Condicionantes da Flexibilidade Salarial

Nesta secção apresenta-se um modelo simples que serve de base para analisar a importância da rigidez salarial no ajustamento a choques adversos.

A importância da flexibilidade salarial no ajustamento a choques adversos sobre o emprego, pode ser analisada com base no modelo de Oferta Agregada (AS) e Procura Agregada (AD)



descrito em Burda e Wyplosz (1997), caracterizando o comportamento da Oferta Agregada com base na equação salarial apresentada por Grubb, Jackman e Layard (1983).

Assim, a pressão exercida pela oferta de trabalho sobre a taxa de crescimento salarial $(\Delta w/w)_t$ pode ser explicada pela situação conjuntural do desemprego relativamente à taxa de desemprego de longo prazo $(u_t - \bar{u})$, pelos ganhos esperados na produtividade do trabalho, $(\Delta f_N/f_N)_t$ ⁷ e, pela taxa de inflação esperada com base em expectativas de inflação (π_t^e) para o período durante o qual os contratos de trabalho permanecerão válidos.

$$(1) (\Delta w / w)_t = \pi_t^e - \varepsilon(u_t - \bar{u}) + (\Delta f_N / f_N)_t.$$

Grubb, Jackman e Layard (1983), identificam o inverso do coeficiente e com o indicador de rigidez real no ajustamento dos salários. Ainda segundo os mesmos autores, e na linha do retomado por Blanchard e Muet (1993), o ajustamento salarial é igualmente caracterizado por rigidez nominal, isto é, pela existência de «lags» no ajustamento dos salários à evolução dos preços e vice-versa. As determinantes desta inércia nominal podem assumir diferentes formas, nomeadamente, a indexação à evolução dos preços ou salários observada no período anterior, a acomodação de diferenciais entre taxa de inflação doméstica e externa pela taxa de câmbio nominal (Edwards, 1993) ou ainda a existência de contratos laborais com diferentes durações (Fischer, 1988).

Recorrendo ao pressuposto de que a existência de inércia nominal resulta apenas de inércia salarial, isto é, da indexação da taxa de crescimento salarial à taxa negociada no período anterior (1-a), podemos reformular as determinantes da formação dos salários em (1) por:

$$(1') (\Delta w / w)_t = \left\{ \alpha \left[\pi_t^e + (\Delta f_N / f_N)_t \right] + (1 - \alpha)(\Delta w / w)_{t-1} \right\} - \alpha \varepsilon (u_t - \bar{u}).$$

Por outro lado, a procura de trabalho pelas empresas determina igualmente o processo de formação de salários, mas numa perspectiva de custos de produção. Considerando, por simplificação, os custos laborais como a única determinante dos custos de produção, a taxa de inflação (p) irá reflectir a taxa de crescimento salarial negociada, líquida de ganhos de produtividade esperados:

$$(2) \pi_t = (\Delta w / w)_t - (\Delta f_N / f_N)_t.$$

Pela substituição de (1') em (2) obtemos a expressão da curva da oferta agregada:

$$(3) \pi_t = \left[\alpha \pi_t^e + (1 - \alpha)(\Delta w / w)_{t-1} - (1 - \alpha)(\Delta f_N / f_N)_t \right] + \alpha \varepsilon (y_t - \bar{y}),$$

em que $(u_t - \bar{u}) = -g(y_t - \bar{y})$, sendo $(y_t - \bar{y})$ os desvios da taxa de crescimento do produto relativamente à taxa de crescimento do produto de longo prazo.

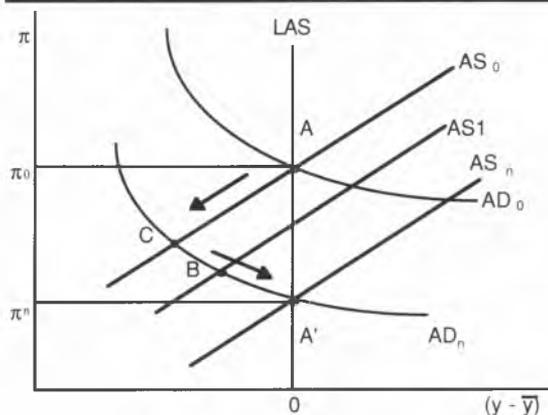
Concluimos assim, que um choque negativo sobre o emprego terá uma repercussão tanto maior sobre os preços, quanto menor a inércia nominal e real presente no ajustamento dos salários, quanto maiores α e ε , reduzindo os custos de desemprego no ajustamento a choques adversos.

Tomando por base a curva da oferta agregada (3) e a curva da procura agregada⁸, a importância da rigidez nominal e real dos salários no ajustamento a um choque adverso sobre a procura agregada é descrita na Figura 2.

7 Esta variável pretende captar a taxa de crescimento real dos salários quando a taxa de desemprego iguala a taxa de desemprego de equilíbrio de longo prazo.

8 Para a sua dedução ver Burda e Wyplosz (1997), Capítulo 12.

FIGURA 2: A importância da rigidez salarial



A contracção da procura agregada provoca uma recessão doméstica (ponto C). Um ajustamento imediato da economia para o ponto A' evitaria os custos de desemprego (evolução ao longo da curva da oferta agregada de longo prazo, LAS). No entanto, o ajustamento de curto prazo pode obrigar a custos sobre o ritmo de actividade, com o agravamento da taxa de desemprego, situação exemplificada pelos pontos B e C. As questões fulcrais passam, em termos de custos, por avaliar quer o período de tempo necessário para atingir A', quer as perdas de output durante essa transição. Estão assim em causa não só os custos em termos de desemprego provocado pelo choque temporário, como a persistência da recessão. Quanto à dimensão dos custos de desemprego, estes dependem fundamentalmente das determinantes da inclinação da curva AS, isto é, da resposta da variação dos salários à situação conjuntural do desemprego (ϵ). Por outro lado, a importância da situação conjuntural do desemprego no ajustamento é tanto maior, quanto menor a inércia nominal (maior α). Quanto à persistência da recessão, esta relaciona-se especialmente com o grau de rigidez nominal dos salários, sendo tanto mais lento o ajustamento da oferta agregada, quanto maior a indexação da inflação salarial ao período anterior (menor α).

Das equações (1) a (3) acima apresentadas resulta que os custos de ajustamento, em termos de desemprego, a choques adversos dependem do mecanismo de ajustamento dos salários no mercado do trabalho. No pressuposto de expectativas racionais, $\pi_t^e = \pi_t$, temos:

$$(1'') \quad (\Delta w / w)_t = \left\{ \alpha [\pi_t + (\Delta f_N / f_N)_t] + (1 - \alpha)(\Delta w / w)_{t-1} \right\} - \alpha \epsilon (u_t - \bar{u})$$

De uma forma simples mas expedita, pode captar-se o grau de flexibilidade do ajustamento salarial pela análise da inércia na formação dos salários: quanto maior essa inércia, menor a importância relativa concedida às expectativas da inflação prevista e à situação conjuntural do desemprego na determinação da taxa de crescimento dos salários nominais. Seguindo Anderton e Barrell (1995), a persistência de inflação salarial pode ser avaliada através de um processo auto-regressivo de ordem 1 dos salários nominais:

$$(4) \quad w_t = \alpha(\beta, \lambda, \gamma) w_{t-1} + v_t \quad \text{ou} \quad (\Delta w / w)_t = \alpha(\beta, \lambda, \gamma)(\Delta w / w)_{t-1} + v_t, \quad \text{sendo } v_t \text{ um termo de perturbação aleatório que obedece às hipóteses clássicas.}$$

O grau de inércia salarial, representado por s , depende essencialmente de três condicionantes: do grau de acomodação da política monetária à taxa de crescimento dos salários (β), da importância da componente «forward-looking» na taxa de inflação subjacente para a definição da taxa de crescimento dos salários (λ) e da sensibilidade dos salários à situação conjuntural do desemprego (γ). Assim, podemos definir:



$\frac{\partial \sigma}{\partial \beta} > 0$ Quanto maior o grau de acomodação da política monetária a pressões inflacionistas dos salários, maior a inércia salarial;

$\frac{\partial \sigma}{\partial \lambda} < 0$ Quanto mais importante for a componente «forward-looking» de determinação da taxa de crescimento dos salários, menor a inércia salarial;

$\frac{\partial \sigma}{\partial \gamma} < 0$ Quanto maior a sensibilidade dos salários à situação conjuntural do desemprego, menor a inércia salarial.

4. Evidência Empírica para a União Europeia

Metodologia e Resultados

Tomando como referência a exposição feita na secção anterior, vamos investigar, de uma forma simples, a importância da rigidez salarial em seis países da União Europeia: Portugal, Espanha, França, Itália, Reino Unido e Irlanda.

4.1. Metodologia

Utilizando dados anuais entre 1977 e 1996, recorreu-se a duas metodologias distintas: em primeiro lugar, tentou-se estipular quais as determinantes da taxa de crescimento dos salários nominais ao longo dos últimos 20 anos e, em segundo lugar, evidenciar as alterações, ao longo do tempo, na inércia salarial resultantes de alterações quer da rigidez nominal, quer da rigidez real no ajustamento salarial. Todos os dados usados na análise têm como fonte a *European Economy* nº 63 (1997), com excepção das taxas de inflação (calculadas com base no Índice de Preços no Consumidor) cuja fonte são as *International Financial Statistics* do FMI.

A metodologia seguida baseia-se em três tipos de análises. Em primeiro lugar, para a descrição do processo de formação dos salários ao longo dos últimos 20 anos, utilizou-se, para cada país, a seguinte regressão:

(A) $(\Delta w / w)_t = a_1 + a_2 \pi_t^e + a_3 \pi_{t-1} + a_4 \Delta u_t + a_5 u_{t-1} + a_6 (\Delta f_N / f_N)_t + \chi_t$, sendo χ_t um termo de perturbação aleatório que obedece às hipóteses clássicas.

A equação salarial escolhida aponta como determinantes da taxa de crescimento dos salários nominais $(Dw/w)_t$ negociada no início do período t :

π_t^e : as expectativas sobre a taxa de inflação prevista para o período t ;

π_{t-1} : a taxa de inflação observada no período anterior;

Δu_t : variação na taxa de desemprego esperada para t relativamente a $t-1$;

u_{t-1} : taxa de desemprego observada no período anterior;

$(\Delta f_N / f_N)_t$: taxa de crescimento da produtividade média do trabalho.

Relativamente às taxas de inflação e desemprego esperadas para o período t , assumiu-se a hipótese de expectativas racionais, substituindo-se os valores previstos pelos efectivamente realizados: $\pi_t^e = \pi_t$; $u_t^e = u_t$. As variáveis π_t^e e p_{t-1} pretendem captar, respectivamente, a influência das componentes «forward-looking» e «backward-looking» na negociação salarial, enquanto que Δu e u_{t-1} pretendem captar, respectivamente, a pressão negocial dos «insiders» no mercado do trabalho (alvos directos do agravamento da taxa de desemprego durante o período t) e dos «outsiders» (que já se encontram no desemprego) sobre a taxa de crescimento dos salários.

Em segundo lugar, no que respeita à avaliação da evolução da inércia salarial, estimou-se, para cada país, o grau de inércia salarial (b_1) para subperíodos de cinco anos sucessivamente actualizados pela introdução do ano mais recente em substituição da observação mais antiga. A estimação foi realizada com base na regressão:

(B) $(\Delta w / w)_t = b_1 (\Delta w / w)_{t-1} + \mu_t$, sendo μ_t um termo de perturbação aleatório que obedece às hipóteses clássicas.

Uma vez que os países da amostra sofreram processos de desinflação acentuada durante o período analisado, é inegável a redução no grau de acomodação da taxa de inflação salarial pela política monetária. Apesar da actual banda de flutuação cambial do SME ser de 15%, a maior parte dos países membros reduziram ao mínimo a utilização da política monetária e cambial para satisfazerem os critérios de convergência da UEM. Com maior ou menor rapidez, esta desacomodação monetária conduz a uma maior importância dada à componente «forward-looking» na negociação salarial, quando a disciplina das autoridades monetárias é credivelmente apercebida pelos agentes intervenientes na negociação salarial. Assim, por último, e tendo presente a interdependência entre estas duas determinantes no grau de inércia salarial, optou-se por isolar a terceira determinante: a sensibilidade dos salários à situação conjuntural do desemprego (c_1). Neste sentido, foi avaliado o impacto do agravamento da taxa de desemprego sobre o ritmo de crescimento dos salários, durante períodos idênticos aos utilizados para a análise da inércia salarial:

(C) $[(\Delta w / w)_t - (\Delta w / w)_{t-1}] = c_1 \Delta u_t + v_t$, sendo u_t um termo de perturbação aleatório que obedece às hipóteses clássicas.

Em particular, foi igualmente estimada a sensibilidade dos salários às variações na taxa de desemprego para períodos de agravamento e melhoria deste último indicador, com base no total de observações.

4.2. Análise dos Resultados

A análise empírica, cujos resultados são descritos no que se segue, tem como objectivo último a avaliação da importância da flexibilidade salarial na resposta a choques adversos. Em primeiro lugar, analisam-se, para cada país, as condicionantes da taxa de crescimento nominal dos salários durante os últimos vinte anos. Em segundo lugar, avalia-se a performance global dos seis países em estudo quanto à redução da inércia salarial, bem como as determinantes que contribuíram para essa redução. A análise da inércia salarial é sistematicamente acompanhada pela análise da evolução da taxa de desemprego com o intuito de a utilizar como indicador de custos de ajustamento.

Tendo presente os três tipos de análise delimitados em 4.1., o Quadro 1 e as Figuras 3A, 3B e 3C apresentam, de forma sucinta, os resultados obtidos para os seis países em estudo, considerando todo o período da amostra.

No Quadro 1, os valores de a_2 a a_6 respeitam às estimativas dos coeficientes da equação (A) considerando-se, para cada país, o modelo mais adequado para a explicação da taxa de crescimento salarial⁹. Os parâmetros estimados são globalmente estáveis ao longo de todo o período da amostra, tendo sido detectada e corrigida autocorrelação nos casos do Reino Unido e da Irlanda. Estão igualmente identificados no Quadro 1, os períodos durante os quais se observou a desindexação salarial. Finalmente, os valores de c_1 respeitam à estimativa do coeficiente da equação (C) para os períodos de agravamento da taxa de desemprego. Para o Reino Unido, o parâmetro é estimado apenas com base no período 1981-96, por se verificar uma quebra de estrutura em 1981. O coeficiente foi igualmente estimado para períodos de recuperação da taxa de desemprego mas não se revelou estatisticamente significativo.

9 Numa primeira fase, foi estimado o modelo base da equação (A) para todos os países. A variável ($\Delta fN/fN$) é excluída como variável explicativa: o teste de significância individual aponta para a não rejeição da hipótese nula a níveis de significância muito elevados. Para cada país foi reestimada a equação (A) com as variáveis relevantes.

QUADRO 1: Determinantes da taxa de crescimento salarial¹⁰

| | Portugal | Espanha | França | Itália | R. Unido | Irlanda |
|------------------------------------------------------------|-----------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| a_1 | 0,08 | 0,13 | 0,07 | 0,1 | 0,17 | 0,18 |
| a_2 | 0,36 | 0,53 | 0,44 | 0,87 | 0,18 (*) | — |
| a_3 | 0,45 | 0,15 (*) | 0,23 | — (a) | — (a) | — (a) |
| a_4 | -2,37 | -0,23 (*) | -0,34 | -1,98 | — (b) | — (b) |
| a_5 | -0,59 (*) | -0,5 | -0,54 | -0,72 (*) | -1,19 | -0,97 |
| a_6 | — | — | — | — | — | — |
| Desindexação Salarial | 90:96 | 89:96 | 79:87; 89:96 | 79:86; 88:95 | 78:85; 86:96 | 80:86; 89:96 |
| c_1, dado $\Delta u > 0$ | (*) | -0,86 | -0,94 | -1,5 (**) | -1,66 | -1,68 |

Com base na síntese de resultados acima apresentada, podemos concluir que não existe evidência empírica da presença de total rigidez do tipo nominal (indexação total à taxa de inflação no período anterior) e real (insensibilidade à situação conjuntural do desemprego) na taxa de crescimento dos salários nominais.

À exceção de Itália e Portugal, o crescimento dos salários tem em conta a situação conjuntural do desemprego observada no período anterior. Nas negociações salariais em Portugal, Itália e França é estatisticamente significativa a pressão negociada dos «insiders» sobre o crescimento dos salários nominais, enquanto que para os restantes países a flexibilidade real se reflecte fundamentalmente na pressão negociada dos «outsiders». Durante todo o período em análise, o agravamento da taxa de desemprego condiciona significativamente a desaceleração no crescimento dos salários. No entanto, o impacto das variações na taxa de desemprego sobre o ritmo do crescimento salarial não é simétrico: nos períodos de recuperação da taxa de desemprego não se assiste a pressões estatisticamente significativas sobre a aceleração da taxa de crescimento salarial.

Nas Figuras 3A e 3B, apresenta-se o grau de inércia salarial médio por sub-período de cinco anos, para dois blocos de países: Espanha, Portugal e Itália (Figura 3A) e Irlanda, França e Reino Unido (Figura 3B). Complementarmente, registam-se as taxas de desemprego médias por quinquénio na Figura 3C.

10 «—» Coeficiente não estimado.

(a) Por se suspeitar de multicolinearidade, a taxa de inflação pt-1 foi excluída do modelo.

(b) A Δu é excluída como variável explicativa: o teste de significância individual aponta para a não rejeição da hipótese nula a níveis de significância muito elevados.

(*) Não estatisticamente significativos a um nível de significância de 5%. (**) Significativo a 17%.

FIGURA 3A: Grau de inércia salarial

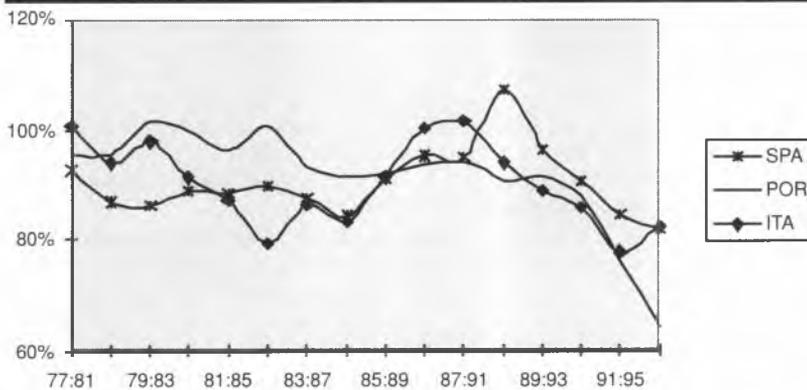


FIGURA 3B: Grau de inércia salarial

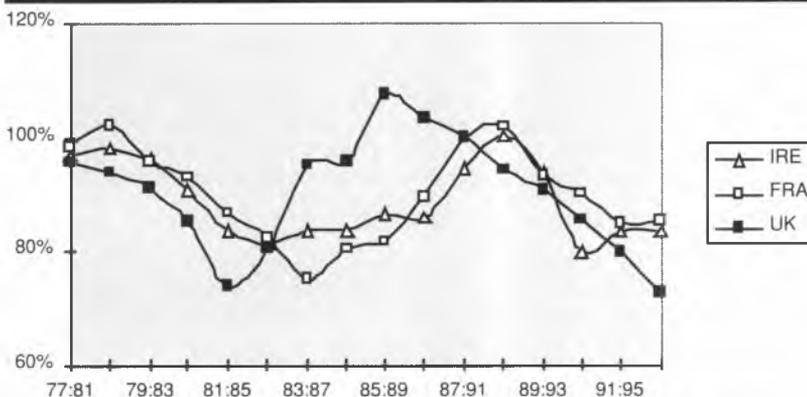
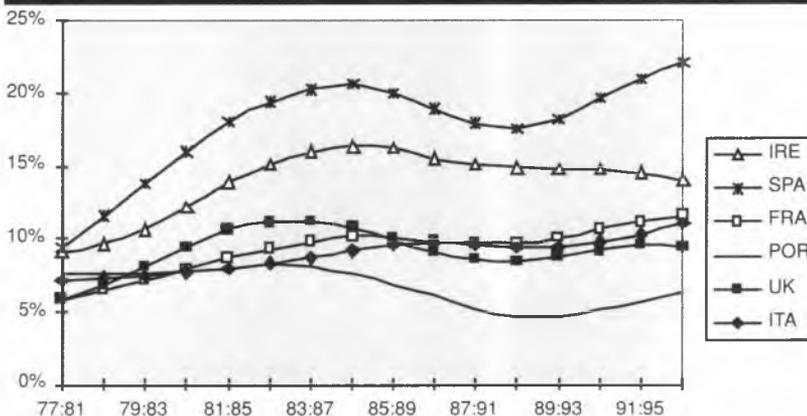


FIGURA 3C: Taxa de desemprego





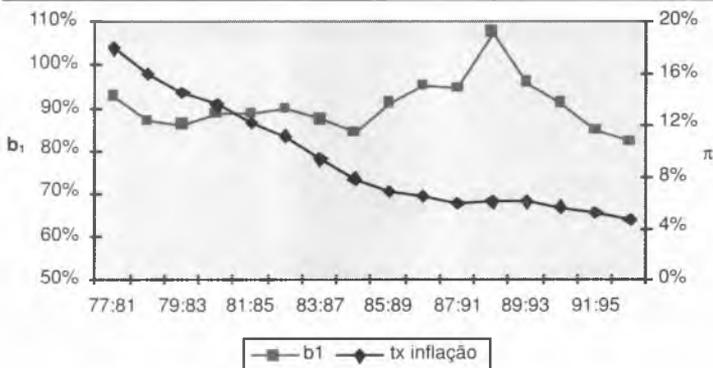
O processo de desindexação dos salários até meados dos anos 80 foi comum a todos os países, com a excepção de Espanha e Portugal, tendo sido acompanhado de um agravamento generalizado das taxas de desemprego. A partir de 1988-92 assiste-se a um novo processo de desindexação salarial comum aos seis países analisados, mas em que o agravamento das taxas de desemprego é apenas visível para Espanha e França. A redução da inércia salarial a partir de 1988-92 até 1992-96 hierarquiza Portugal e o Reino Unido como os países mais flexíveis no ajustamento dos salários, em oposição à França e à Espanha. A Itália e a Irlanda obtiveram igualmente durante este período alguma redução no grau de inércia salarial. Destaque-se no entanto, que a indexação salarial observada no último quinquénio para a França e para a Irlanda, pode ser reflexo das baixas taxas de inflação média que dispõem.

Aplicando agora os três tipos de análises a cada país em particular, pretende-se avaliar a evolução dos processos individuais de desindexação salarial à luz das suas principais condicionantes: importância da visão «forward-looking» na negociação salarial e a sensibilidade dos salários à situação conjuntural do desemprego. Genericamente, as «Figuras A» evidenciam a relação entre inércia salarial (estimativa de b_1) e taxa de inflação média por quinquénio. As «Figuras B» apresentam, por quinquénio, a evolução de dois indicadores: através da leitura no gráfico de barras, a sensibilidade do ritmo de crescimento salarial à variação na taxa de desemprego (estimativas de c_1)¹¹ e, pela leitura no gráfico linear, a taxa de desemprego média. Para facilitar a análise, os países foram agrupados em dois blocos: o primeiro, agrupando Portugal e Espanha, cujo processo de redução de inércia salarial só se verificou a partir do quinquénio 1989-93; o segundo, agrupando os restantes países, nos quais se assistiu a dois períodos de desindexação salarial (um, até meados dos anos 80 e outro, a partir de 1989-93). À comparação entre Portugal e Espanha foi concedido um maior destaque porque, apesar de se ter observado nestes países uma desindexação salarial recente, as suas performances refletem os pólos extremos dos casos aqui analisados: entre 1977-81 e 1992-96, Portugal reduziu a inércia salarial média em cerca de 31 pontos percentuais, contra apenas 11 pontos percentuais obtidos pela Espanha.

Portugal e Espanha

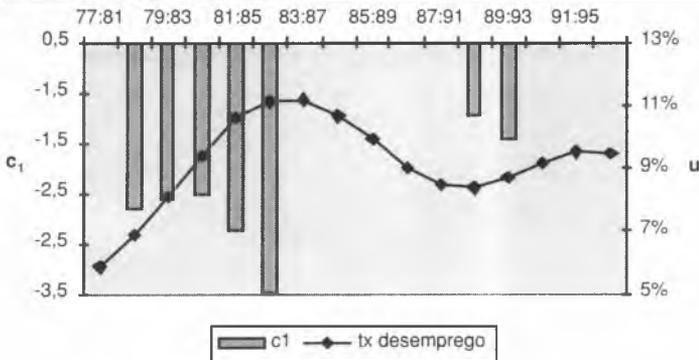
Apesar de Espanha ter iniciado o processo de desinflação em 1978, a redução na inércia salarial apenas se observa a partir do quinquénio 1989-93. Para Portugal, o processo de desindexação salarial acentua-se a partir do mesmo quinquénio, mas o início do processo de desinflação data apenas de meados da década de 80.

FIGURA 4A: Grau de inércia salarial – Espanha



11 O gráfico só ilustra os quinquénios para os quais o coeficiente c_1 é estatisticamente significativo a um nível de significância máximo de 20%.

FIGURA 4B: Sensibilidade dos salários à situação conjuntural – Espanha



Pela análise das Figuras 4A e 4B, o grau de inércia salarial é para a Espanha muito elevado, situando-se muito próximo da indexação total. Apesar disso, assiste-se a uma redução nas taxas de inflação que, associada a taxas de crescimento salarial elevadas, conduziu ao agravamento dos salários reais. Perante a inflexibilidade dos salários, o processo de desinflação espanhol foi conseguido pela via mais lenta e mais custosa: apesar da resposta significativa do ritmo de crescimento dos salários à situação conjuntural do desemprego (Figura 4B), a inércia salarial parece reflectir as conclusões de Blanchard e Muet (1993) de que os processos de desinflação só conduzem a custos de ajustamento de output na presença de alguma rigidez nominal. Este índice de rigidez nominal no ajustamento dos salários é também comprovado em Grubb, Jackman e Layard (1983) que apontam, para o período 1973-80, a Espanha e o Reino Unido como os países que exibem o maior grau de rigidez nominal quando comparados com os restantes membros da actual União Europeia.

Durante o período de efectiva redução na inércia salarial, 1989-96, a taxa de desemprego continua a agravar, sendo menores os impactos do agravamento da taxa de desemprego sobre a desaceleração do crescimento salarial. Este resultado indicia alguma perda da flexibilidade real dos salários, perda essa que os resultados empíricos de Luz e Pinheiro (1994) suportam para o período 1981-93. Note-se, no entanto, que fruto de uma maior flexibilidade nominal dos salários, o ritmo de crescimento da taxa de desemprego é inferior ao observado durante a primeira metade dos anos 80, reflectindo uma crescente importância da visão «forward-looking» na fixação dos salários.¹²

A actual inércia salarial não se afasta do valor médio observado ao longo dos 20 anos em estudo. Os resultados indiciam, ao longo do tempo, um aumento da flexibilidade nominal e um decréscimo na flexibilidade real. O efeito nesta última reflecte-se essencialmente pela constatação de um processo de desinflação à custa de um forte agravamento do desemprego, sendo que a pressão deste último sobre a redução do ritmo de crescimento salarial se tem realizado, em anos mais recentes, a um ritmo decrescente (últimos períodos na Figura 4B). Blanchard e Bentolila (1990) justificam este efeito com três argumentos: uma redução no ritmo de acumulação de capital comprometido pela explosão salarial dos anos 70 e pela contracção monetária de controlo da taxa de inflação nos anos 80; a reestruturação industrial sem absorção de trabalhadores libertados pelos sectores menos produtivos; os efeitos de «hysteresis» que,

¹² Para tal poderão ter contribuído os Acordos de Moncloa, que estabeleciam o enquadramento geral da negociação salarial para o período 1977-86 e que exigiam a não acomodação da inflação pela política monetária, potenciando assim efeitos de disciplina e credibilidade.



pela reduzida mobilidade do factor trabalho, conduziram a um aumento da taxa de desemprego de equilíbrio.¹³

FIGURA 5A: Grau de inércia salarial – Portugal

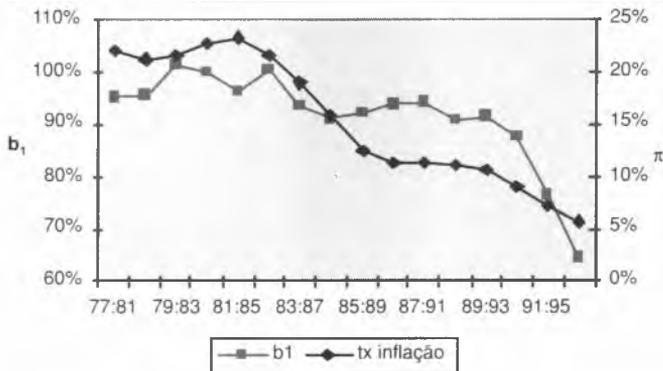
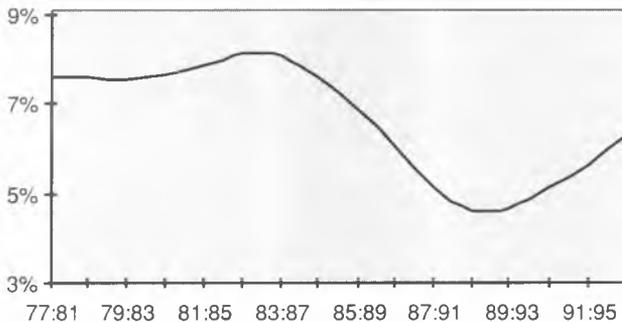


FIGURA 5B: Taxa de desemprego – Portugal



À exceção do período recente de 1990-96, Portugal caracterizou-se por uma elevada inércia salarial ao longo do período em análise. O processo de desinflação português foi repartido por dois momentos: um, na vizinhança da adesão à Comunidade Europeia, entre 1985-87 e outro, desde 1991 até hoje (Figuras 5A e 5B).

Durante o primeiro período, a inércia salarial permaneceu elevada ao mesmo tempo que a taxa de desemprego se mantinha sensivelmente constante. Para Portugal, ao contrário de Espanha, o agravamento da taxa de desemprego não influencia significativamente o ritmo de crescimento dos salários, e mesmo na presença de forte inércia salarial, a taxa de desemprego não se agrava. A conclusão de rigidez do tipo real através desta análise é, no entanto, limitada: por um lado, entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento salarial existe uma fraca correlação o que, associado à inércia salarial, pode ser justificado quer pelo surto de investimento em obras

13 Bentolila e Dolado (1994) adicionam a estes argumentos um terceiro: a flexibilização do mercado de trabalho nos anos 80 pela introdução de formas de trabalho atípicas, nomeadamente o trabalho temporário. Para estes autores trata-se apenas de uma flexibilização na margem porque, a prazo, os «insiders» (trabalhadores permanentes) é que fixam a taxa de crescimento dos salários.

públicas, desencadeado pelos fundos estruturais recebidos da Comunidade Europeia, quer pela permanência de especialização produtiva em sectores mão de obra intensivos; por outro lado, Luz e Pinheiro (1994) encontram para Portugal, entre 1981 e 1993, evidência empírica de uma elevada resposta da taxa de crescimento salários reais à taxa de desemprego. Esta conclusão é parcialmente suportada pelos resultados obtidos na equação geral das determinantes da taxa de crescimento dos salários nominais, em que o coeficiente associado à variação esperada na taxa de desemprego é estatisticamente significativo e igual a -2,37 (Quadro 1). Apesar de classificado ao lado da Espanha como exibindo uma das mais rígidas legislações do trabalho¹⁴, Portugal beneficia de um menor apoio em benefícios de desemprego: para Blanchard e Jimeno (1994) este é um dos principais argumentos para uma maior resposta dos salários reais à taxa de desemprego em Portugal, impedindo a formação dos efeitos de «hysteresis» que ocorreram em Espanha.

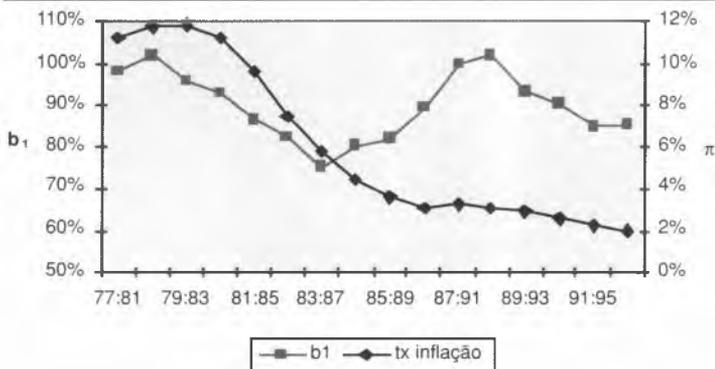
No que respeita ao segundo período de desinflação, este foi efectivamente acompanhado por uma forte redução na inércia salarial: não existe igualmente, para este período, evidência empírica para um processo de desinflação à custa de pressão exercida pelo agravamento da taxa de desemprego, mas sim por um ajustamento a uma visão «forward-looking» na negociação salarial.¹⁵

Reino Unido, Irlanda e Itália vs França

Comum aos restantes quatro países destaca-se a simultaneidade da redução na inércia salarial com os processos de desinflação, durante a primeira metade dos anos 80. Denominador comum ao Reino Unido, Irlanda e Itália é também a sensibilidade da desaceleração na taxa de crescimento salarial ao agravamento da taxa de desemprego durante este primeiro período de desindexação salarial.

Estes três países realizaram processos de desinflação à custa de desemprego, mas dada uma flexibilidade real aparentemente superior à da Espanha, os custos não foram tão elevados. No entanto, observando-se uma taxa de desemprego crescente durante todo o período de desindexação salarial, ao lado de uma resposta significativa do ritmo de crescimento dos salários à situação conjuntural do desemprego, pode-se concluir por um insuficiente grau de flexibilidade nominal.

FIGURA 6A: Grau de inércia salarial – França

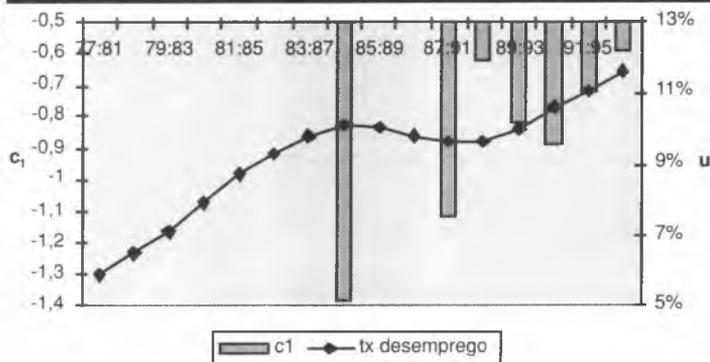


14 Grubb e Wells (1993).

15 O Acordo Económico e Social para 1991 e o Acordo para a Política de Rendimentos em 1992, que estabeleciam as recomendações base, em sede de concertação social, para a taxa de crescimento salarial, estabeleciam como principais determinantes da evolução dos salários os diferenciais de produtividade e de crescimento salarial entre Portugal e os seus principais parceiros comerciais.



FIGURA 6B: Sensibilidade dos salários à situação conjuntural – França



Para a França, a redução na inércia salarial parece ser fundamentalmente justificada por uma elevada flexibilidade nominal. Esta conjectura é igualmente suportada pelos resultados de Grubb, Jackman e Layard (1983), para o período 1973-80, que classificam a França com um dos menores graus de rigidez nominal entre os países da União Europeia. Neste contexto, a redução na inércia salarial pode estar associada a efeitos de credibilidade da política monetária e cambial não acomodativa, que conduziu à crescente importância de uma visão «forward-looking» na negociação salarial. Portes (1993) e Fischer (1993)¹⁶ partilham igualmente este argumento para a primeira fase do processo de desinflação francês.

Por outro lado, e apesar do agravamento da taxa de desemprego, não se encontra uma resposta significativa da desaceleração do crescimento salarial. Estas duas conclusões, uma baixa flexibilidade real e uma elevada flexibilidade nominal dos salários, são também obtidas pela estimação de uma equação salarial para o período 1971-91 por Blanchard e Muet (1993): «(...) the equation states that the real wage, adjusted for productivity, adjusts slowly to unemployment (...)», bem como «(...) the mean lag of wage inflation on price inflation is relatively short; the adjustment is complete within a year.»

Por outro lado, a partir do quinquénio 1988-92 observa-se um novo processo de redução na inércia salarial (Figura 6A), acompanhada de uma desinflação a ritmos muito baixos e de uma significativa resposta da desaceleração no ritmo de crescimento salarial ao agravamento da taxa de desemprego. Os resultados obtidos indiciam uma melhoria na flexibilidade real que se contrapõe a uma redução esperada na flexibilidade nominal quando se observam taxas de inflação muito baixas. Aos actuais ganhos na flexibilidade real pode estar associada uma legislação laboral menos rígida quando comparada com Portugal e Espanha: Grubb e Wells (1993) atribuem à França um indicador de rigidez na legislação sobre despedimentos inferior em 50% ao atribuído a Portugal e Espanha. Em termos médios, para todo o período em análise, encontra-se evidência empírica de que a desaceleração no crescimento dos salários responde de uma forma menos intensa ao agravamento do desemprego do que no Reino Unido ou na Irlanda, mas de uma forma mais intensa quando comparada com Espanha.

Quanto à Itália, Irlanda e Reino Unido, e comparando os dois períodos de desindexação salarial, os resultados apontam para uma quebra na flexibilidade real e um aumento da flexibilidade nominal dos salários relativamente à evolução observada para a França. Em média, a Irlanda e o Reino Unido apresentam uma elevada sensibilidade da desaceleração do crescimento salarial ao agravamento do desemprego, reflectindo uma elevada flexibilidade real dos salários quando comparada com a dos restantes países em estudo. Este resultado é consistente com

16 Discussão sobre Blanchard e Muet (1993).

classificação da Irlanda e do Reino Unido por Grubb e Wells (1993) como os países europeus que apresentam uma legislação laboral menos rígida.

FIGURA 7A: Grau de inércia salarial – Itália

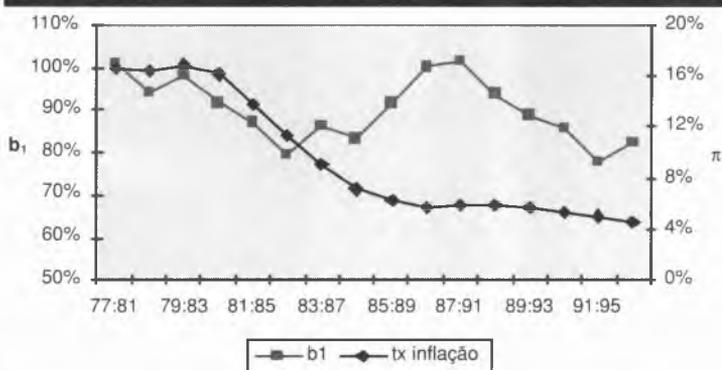
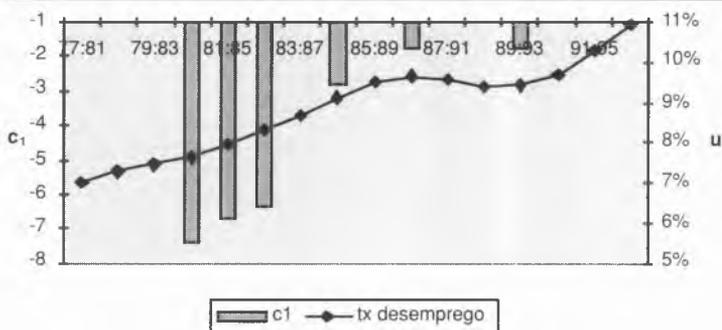


FIGURA 7B: Sensibilidade dos salários à situação conjuntural – Itália



No caso italiano é visível um processo de desinflação timidamente acompanhado por uma desindexação salarial até meados dos anos 80. Apesar da resposta significativa da desaceleração no crescimento dos salários ao agravamento das taxas de desemprego, a taxa de desemprego exibiu um «trend» positivo que pode reflectir alguma rigidez nominal. Grilli (1993), comparando o processo de desinflação francês e italiano refere: «The extent of real rigidities in Italy seems comparable to that of France. (...) Compared to that of France, however, the adjustment of wages to inflation is very slow. Less than half of the adjustment is completed within a year.» Até meados dos anos 80, a Itália parece apresentar uma elevada flexibilidade real. Numa revisão empírica dos estudos que estimam coeficientes de resposta dos salários à taxa de desemprego, Heylen e Van Poeck (1995) concluem igualmente que a Itália era, entre os quinze países da União Europeia, o país com maior flexibilidade real dos salários.

A partir de 1989-92, ocorre um segundo processo de redução da inércia salarial: a resposta do ritmo de crescimento salarial ao agravamento do desemprego deixa de ser significativa, atribuindo-se o ónus da desindexação salarial à redução na rigidez nominal. Apesar da redução na inércia salarial, a taxa de desemprego continua a agravar-se durante este período.



FIGURA 8A: Grau de inércia salarial – Reino Unido

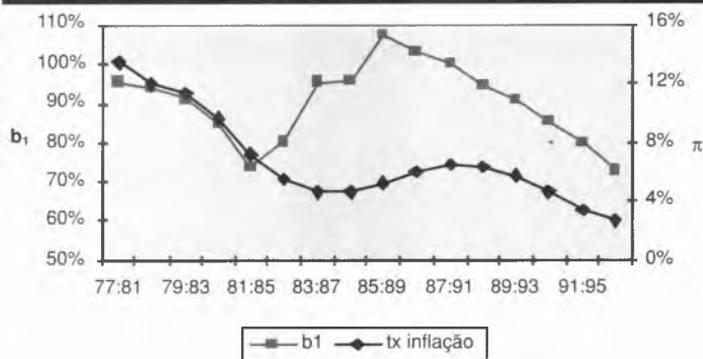
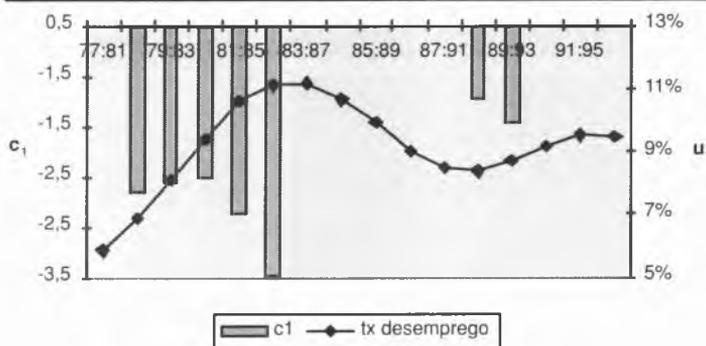


FIGURA 8B: Sensibilidade dos salários à situação conjuntural – Reino Unido



Ao contrário da evidência recolhida por Grubb, Jackman e Layard (1983) e na revisão empírica de Heylen e Van Poeck (1995), os resultados apontam para uma elevada flexibilidade real dos salários no Reino Unido e na Irlanda, quer em termos médios de todo o período, quer para o período de desinflação até meados dos anos 80.

Apesar da flexibilidade real, a taxa de desemprego agravou-se com a redução da inércia salarial, sugerindo uma insuficiente flexibilidade nominal dos salários. No segundo período de redução da inércia salarial, a influência da taxa de desemprego sobre o ritmo de crescimento dos salários deixa de ser significativa para o Reino Unido (com exceção de 1988-93), podendo ser explicada a desindexação salarial pela crescente importância do papel das expectativas «forward-looking» na negociação salarial.

FIGURA 9A: Grau de inércia salarial – Irlanda

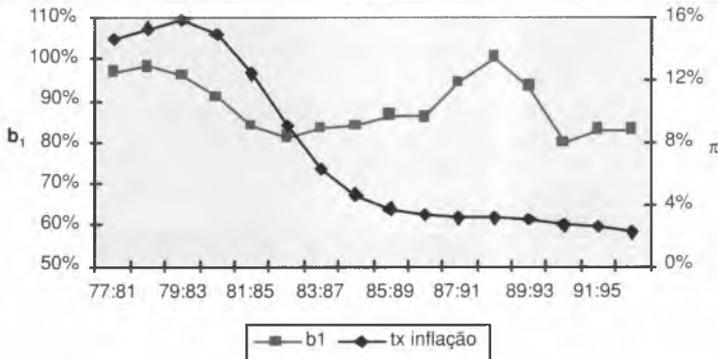
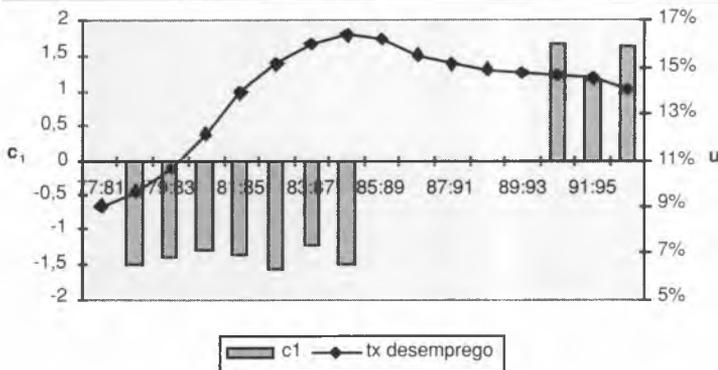


FIGURA 9B: Sensibilidade dos salários à situação conjuntural – Irlanda



A Irlanda, tal como o Reino Unido, exibe uma significativa resposta da desaceleração do crescimento salarial à situação conjuntural do desemprego. Esta resposta é visível até ao final dos anos 80. No entanto, apesar da flexibilidade real e do processo de desinflação em curso, este período foi caracterizado por um substancial agravamento do desemprego, que pode ser justificado pela manutenção do grau de inércia salarial e da consequente pressão deste sobre os salários reais num contexto de desinflação. Durante este período, a flexibilidade real parece revelar-se insuficiente para contrariar a presença de alguma rigidez nominal.

A partir de 1990-94, a gradual redução na taxa de desemprego chega mesmo a ser acompanhada por uma desaceleração significativa da taxa de crescimento salarial, facilitando a recuperação do emprego nesse período. No entanto, a redução da inércia salarial na Irlanda ficou aquém da realizada pelo Reino Unido.

5. Conclusões

No quadro do actual desenho previsto para o funcionamento da União Monetária, a flexibilidade salarial apresenta-se como o único mecanismo relevante no ajustamento a choques adversos. Para os países estudados, concluímos que o grau de inércia salarial não é total. Em média, o ritmo de crescimento dos salários responde à situação conjuntural do desemprego, não sendo significativa a pressão inflacionária sobre os salários em períodos de redução da taxa de



desemprego. Por outro lado, assistiu-se, em média, a uma redução na indexação nominal às taxas de crescimento salarial reclamadas no período anterior. Este aumento da importância relativa da redução na inércia salarial está fortemente relacionado com a importância crescente de uma visão «forward-looking» comum aos países envolvidos no processo de integração económica e monetária.

No Quadro 2, e de forma a sintetizar os resultados obtidos em termos da importância da flexibilidade salarial sobre os custos de desemprego, apresenta-se a redução média na inércia salarial e a correspondente variação na taxa de desemprego entre os quinquênios 1977-81 e 1992-96.

QUADRO 2: Inércia Salarial e Desemprego

| | Δ Inércia salarial média (77:81-92:96) | Δ Taxa de desemprego média (77:81-92:96) |
|-------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Portugal | -0,31 | -1,3 |
| Reino Unido | -0,23 | +3,6 |
| Itália | -0,19 | +3,92 |
| Irlanda | -0,14 | +4,98 |
| França | -0,13 | +5,78 |
| Espanha | -0,11 | +13 |

(pontos percentuais)

Tomando em conta o último quinquénio, Portugal e o Reino Unido destacam-se na redução da inércia salarial relativamente à situação observada no início dos anos 80. Disposto de uma maior flexibilidade salarial, Portugal e o Reino Unido beneficiam das taxas médias de desemprego mais baixas entre os seis países em estudo. No extremo oposto, a Espanha não obteve uma melhoria significativa na flexibilidade salarial, sofrendo actualmente a taxa de desemprego mais elevada da União Europeia. Finalmente, a performance intermédia na redução da inércia salarial cabe aos três restantes países, Itália, França e Irlanda. Dos três, a França exibe uma menor flexibilidade salarial, com um agravamento da taxa de desemprego superior ao observado para a Itália e Irlanda.

Em suma, o Quadro 2 aponta para três resultados síntese. Primeiro, os países que reduziram a inércia salarial de forma mais acentuada, sofreram um menor agravamento da taxa de desemprego. Segundo, os países que exibem um menor grau de rigidez salarial no último quinquénio, apresentam actualmente taxas de desemprego mais baixas. Terceiro, apesar da possibilidade de utilizar a maior parte dos mecanismos de ajustamento a choques assimétricos, incluindo o recurso à taxa de câmbio, os custos de desemprego foram, em média, elevados para os países em estudo.

No contexto da União Monetária, a necessidade de aumentar a flexibilidade salarial parece ser indiscutível. Para tal, e uma vez que se tem vindo a assistir à redução na inércia nominal, devem ser promovidas alterações no funcionamento institucional dos mercados do trabalho, nomeadamente quanto a quatro aspectos principais: grau de centralização sindical, preferências sindicais quanto ao «trade-off» inflação/desemprego, grau de cooperação entre os agentes activos na negociação salarial e flexibilidade da legislação laboral.

Citando De Grauwe (1994a), «We conclude that the institutional differences in the national labour markets will continue to exist for quite some time after the introduction of a common currency. This may lead to divergent wage and unemployment tendencies, and severe adjustment problems when the exchange rate instrument has disappeared.»

Bibliografia



- Alves, Rui Henrique (1996) *Políticas Fiscais Nacionais e União Económica e Monetária na Europa*, Capítulo IV, Moderna Finança, Bolsa de Derivados do Porto.
- Anderton, Robert; Barrell, Ray (1995) The ERM and Structural Change in European Labour Markets: A Study of 10 Countries, *Weltwirtschaftliches-Archiv*, 131(1), 47-66.
- Bentolila, Samuel; Blanchard, Olivier (1990) Spanish Unemployment, *Economic Policy: A European Forum*, 10, April, Cambridge University Press, 233-79.
- Bentolila, Samuel; Dolado, Juan (1994) Labour flexibility and wages: lessons from Spain, *Economic Policy: A European Forum*, 9(18), Cambridge University Press, 53-99.
- Blanchard, Olivier; Jimeno, Juan (1995) Structural Unemployment: Spain versus Portugal, *The American Economic Review*, Vol LXXXV, 2, 212-17.
- Blanchard, Olivier; Muet, Pierre-Alain (1993) Competitiveness through disinflation: an assessment of the French macroeconomic strategy, *Economic Policy*, 16, April, 12-56.
- Buiter, Willem; Corsetti, Giancarlo; Roubini, Nouriel (1993) Excessive deficits: sense and nonsense in the Treaty of Maastricht, *Economic Policy*, 16, April, Cambridge University Press, 57-100.
- Burda, Michael; Wyplosz, Charles (1997) *Macroeconomics — a European text*, 2nd edition, Capítulo 12, Oxford University Press.
- De Grauwe, Paul (1994a) *The Economics of Monetary Integration*, Capítulos 1-4 e 8, Second Revised Edition, Oxford University Press.
- De Grauwe, Paul (1994b) Towards European Monetary Union without the EMS, *Economic Policy*, 18, April, 149-85.
- De Grauwe, Paul; Vanhaverbeke, Wim (1993) Is Europe an optimum currency area?: evidence from regional data, in Masson; Taylor (eds) *Policy issues in the operation of currency unions*, Cambridge, New York and Melbourne, Cambridge University Press, 111-29.
- Edwards, Sebastian (1993) Exchange Rates as Nominal Anchors, *Weltwirtschaftliches-Archiv*, 129 (1), 1-32.
- Eichengreen, Barry (1990) One Money for Europe? Lessons from the US currency union, *Economic Policy*, 10, April, Cambridge University Press, 117-87.
- European Commission (1996) Labour Market Studies — Portugal, *Employment and Social Affairs (DOC)*, December.
- European Economy (1997) n° 63, Tables 3, 10, 11, 29, 30, 33, 34.
- Fischer, Stanley (1988) Real Balances, The Exchange Rate, and Indexation: Real Variables in Disinflation, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol CIII, 27-49.
- Giavazzi, Francesco; Giovannini, Alberto (1988) The Role of The Exchange Rate Regime in a Disinflation: Empirical Evidence on The EMS, in Giavazzi; Micossi; Miller (eds) *The European Monetary System*, Cambridge University Press, 85-111.
- Grilli, Vittorio; Portes, R.; Fischer, S., Discussion on Blanchard, Olivier; Muet, Pierre-Alain (1993) Competitiveness through disinflation: an assessment of the French macroeconomic strategy, *Economic Policy*, 16, April, 12-56.
- Gros, Daniel; Thygesen, Niels (1992) *European Monetary Integration*, Capítulo 7, Longman and St. Martin's Press.



Grubb, David; Wells, William (1993) La Réglementation de l'Emploi et les Formes de Travail dans les Pays de la CEE, *Revue Économique de l'OCDE*, 21, Hiver, 7-62.

Grubb, Dennis; Jackman, Richard; Layard, Richard (1983) Wage Rigidity and Unemployment in OECD Countries, *European Economic Review*, 21, North-Holland Publishing Company, 11-39.

Gujarati, Damodar (1995) *Basic Econometrics*, Third Edition, McGraw-Hill.

Heylen, Freddy; Van Poeck, André (1995) National Labour Market Institutions and the European Economic and Monetary Integration Process, *Journal of Common Market Studies*, Vol. 33, 4, December, Blackwell Publishers Ltd, 573-95.

Ishiyama, Yoshihide (1975) The Theory of Optimum Currency Areas — A Survey, *IMF Staff Papers*, 22(2), July, 344-83.

Johnston, J. (1984) *Econometric Methods*, Capítulo 10, Third Edition, New York, McGraw-Hill Company.

Krugman, Paul (1993) Lessons of Massachusetts for EMU, in Torres, Francisco; Giavazzi, Francesco (eds) *Adjustment and Growth in the European Monetary Union*, Cambridge University Press.

Loureiro, João (1996) *Monetary Policy in the European Monetary System — A Critical Appraisal*, Capítulo 6, Springer (Heidelberg; Nova York).

Luz, Sílvia; Pinheiro, Maximiano (1994) Wage Rigidity and Job Mismatch in Europe: Some Evidence, *Banco de Portugal, WP 2-94*, February.

Muet, Pierre-Alain (1995) Macroeconomic Adjustments, Stabilization and Coordination in EMU, *Revue d'Economie Politique*, 105(5), Septembre-Octobre, 739-77.

Mundell, Robert A. (1961) A Theory of Optimum Currency Areas, *American Economic Review*, Vol.51, September, 657-65.

Praet, P.; Verfaillie, G. (1990) Adjustment trade offs in EMU, in *Union Economique et Monétaire: Lectures critiques*, De Pecunia, Vol. II, 2-3, Octobre, 347-58.

Weber, Axel (1991) Reputation and Credibility in the European Monetary System, *Economic Policy*, 18, April, Cambridge University Press, 58-102.